

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 30:

Migrações contemporâneas no Brasil: Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas

Título:

A dinâmica de mobilidade de brasileiras no Suriname: estratégias e lógicas de circulação

Osvaldina dos Santos Araujo – Doutoranda em Sociologia na Université de Toulouse Jean Jaurès (L'UT2J) em cotutela com a Universidade de São Paulo (USP)

Introdução

Na atualidade a migração internacional se tornou um fenômeno de alcance mundial. Em suas análises sobre questões migratórias da primeira década do século XXI, Catherine Wenden mostra que, nesse período, as migrações internacionais se globalizaram, e o número de pessoas em movimento vinha aumentando. A autora salienta que a tendência desse fenômeno é permanecer em crescimento, já que os fatores estruturais que contribuem para a mobilidade de pessoas não apontam para mudanças no curto prazo: crises políticas e ambientais, mudanças climáticas, as mídias e formas de comunicação (internet, telefone celular, etc.), defasagens entre níveis de desenvolvimento humano, facilitação de emissão de passaporte, falta de perspectivas em um número crescente de países em desenvolvimento, redução do custo dos transportes, e mesmo a percepção de que é possível a mudança de vida através da migração internacional. No que se refere ao fluxo de pessoas, Wenden diz que os destinos mais procurados eram a União Europeia, os Estados Unidos, países do Golfo e a Rússia. Apesar de os fluxos Sul-Norte serem os principais nos debates relacionados a esse fenômeno, os fluxos em direção ao Sul do planeta (Sul-Sul e Norte-Sul) têm sido significativos, de modo que surgem novos polos de partida e acolhimento de migrantes, e polos de trânsito. Wenden chama a atenção para a recente diversificação das migrações (o aumento da mobilidade das mulheres, deslocamentos ambientais, fluxos de refugiados, menores desacompanhados, aposentados em busca de países com clima menos rigoroso, migrações Norte-Norte em razão de crises econômicas, etc.), fruto da regionalização dos fluxos de pessoas e do surgimento de situações novas e transversais nesse processo¹. Esses deslocamentos e formas de mobilidade produzem efeitos que afetam os países de origem, de destino e até mesmo os de passagem envolvidos, nos planos espacial, demográfico, cultural, político e socioeconômico².

Esse cenário de novas situações migratórias também é modificado pelas redes transnacionais migratórias, que desorganizou a ordem internacional dos

¹ WENDEN, Catherine Wihtol de. *La question migratoire au XXIe siècle : migrants, réfugiés et relations internationales*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010. p.25.

² TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Editora Argumentvm, 2010; CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 2009. p.39-57.

Estados-nações, pois o Estado deixou de ser o ator principal nas relações estabelecidas no processo migratório internacional, uma vez que não consegue controlar integralmente as migrações³. Angelina Peralva e Vera Telles assinalam que, com a globalização do trabalho e do comércio, ficou mais difícil “exercer um controle sobre quem circula e o quê, e sobre as condições legais ou ilegais em que essas circulações se efetuam”⁴.

O perfil social dos migrantes também passou por transformações no espaço e no tempo, ficando para trás o sedentarismo, que deu lugar a diversas formas de circulação migratória, sendo a mobilidade a sua essência. Nesse quadro o deslocamento humano passou a ser mais diverso e complexo⁵. Assim, a questão da migração internacional não pode, mais, ser abordada unicamente pelo prisma dos Estados-nações ou de fronteiras nacionais.

A literatura sobre o transnacionalismo já colocou em evidência uma série de fenômenos sociais que se estabelecem em um terceiro espaço de mobilidade, que não é o da sociedade de origem nem o da sociedade de acolhida⁶. Em um contexto de mobilidade “nômade” dos transmigrantes que não estão “nem lá nem cá”, mas em circulação, as novas abordagens se aproximam do conceito de transnacionalismo da forma como o concebeu Alain Tarrus⁷, que se apoia na análise das interações estabelecidas durante a mobilidade das pessoas — mobilidade que tem como característica inúmeras etapas a serem cumpridas, rompendo completamente com as lógicas migratórias de partida de um país para a instalação em outro.

Outro conceito de Tarrus, “territórios circulatórios”, cunhado na década de 1990 a partir suas pesquisas sobre as novas formas de migrações transnacionais na Europa e tendo por base a ideia de socialização de espaços que dão suporte a práticas de mobilidade⁸, introduz uma dupla ruptura: na

³ WENDEN, op. cit.

⁴ PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. Apresentação. In: PERALVA, Angelina ; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.9-25 (p.10).

⁵ WENDEN, op. cit.

⁶ PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas : l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la recherche en sciences sociales - Délits d'immigration*, v.129, n.1, p.15-25, sep., 1999.

⁷ TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet : Éditions Trabucaire, 2010.

⁸ Idem. Au-delà des États-nations : des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.

concepção de território e na de circulação, porque sugere que o sedentarismo não é essencial para a manifestação do território e porque rompe com concepções de circulação, de fluxo, para investir no sentido social do movimento espacial.

Ao se debruçar sobre as análises de intensa mobilidade de pessoas e mercadorias, Tarrus utiliza a noção de “território circulatório” como enquadramento metodológico para entender o movimento que se desenvolve em etapas e temporalmente, o que possibilita analisar as relações entre espaço e tempo, em um contexto em que o migrante precisa “saber circular” para se inserir e se movimentar. O autor enfatiza que as experiências de circulação de migrantes internacionais são múltiplas, e o conhecimento adquirido em seu itinerário é transmitido aos parentes e pessoas próximas que seguem o mesmo caminho⁹.

No que se refere à mobilidade feminina, na década de 1990 Laura Oso e Christine Catarino já chamavam a atenção para o fato de que é um fenômeno migratório invisível e pouco estudado¹⁰ — e as pesquisas continuam tendo como referência os homens, mesmo com a crescente mobilidade delas, e, o mais importante, a pouca literatura existente a respeito dessa temática tem tido pouco impacto sobre as decisões políticas e nas informações passadas pela mídia¹¹. Françoise Guillemaut, em artigo escrito em 2004, salientou outro aspecto da discussão sobre a mobilidade de mulheres: pautar-se, frequentemente, nas temáticas do tráfico de pessoas e de exploração sexual¹². Vários autores têm problematizado sobre a relação de políticas e ações governamentais antitráfico de pessoas e seus efeitos no policiamento das fronteiras, controle migratório de trabalhadoras/es do sexo e criminalização destas/es¹³.

⁹ Idem. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie - Economie politique des migrations*, v.2, n.8, p.63-70, 2010 (p.63-64).

¹⁰ OSO, Laura ; CATARINO, Christine. Femmes chefs de ménage et migration. In BISILLIAT, Jeanne. (Dir.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris : Éditions Karthala, 1996. p.61-97.

¹¹ MOROKVASIC, Mirjana. Les oiseaux de passage sont aussi des femmes. In : PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris : Ined Éditions, 2013. p.249-268.

¹² GUILLEMAUT, Françoise. Trafics et migrations de femmes, une hypocrisie au service des pays riches. *Hommes et migrations – Femmes contre les violences*, n.1248, p. 75-87, mar./abr., 2004.

¹³ AGUSTÍN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, n.25, p.107-128, jul.-dez., 2005 ; KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, p.55-78, jul./dez., 2005 ; AUSSERER, Caroline. *Controle em nome da proteção: análise crítica dos discursos sobre tráfico internacional de pessoas*. 170p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de

As pesquisas sobre migração feminina por trabalho apontam, há bastante tempo, que ela está centrada em três setores principais: trabalho doméstico, cuidado de pessoas e trabalho do sexo¹⁴. Segundo Maruja Assis, geralmente as mulheres não se beneficiam de proteção social e trabalhista, uma realidade que se agrava porque não conseguem trocar de empregador com facilidade ou conseguir trabalhos que não sejam na esfera doméstica¹⁵.

A chegada dos garimpeiros e a migração feminina através dos clubes

Coberta pela densa floresta Amazônica, as Guianas estão separadas da Bacia Amazônica pelo Planalto das Guianas; estão inseridas na Pan-Amazônia¹⁶, na qual, segundo Luis Aragón, “a maioria de migrantes são originários dos próprios países amazônicos, a migração ilegal é frequente, e a migração transfronteiriça ocorre ao longo da fronteira do Brasil, mas também nas fronteiras dos demais países”¹⁷. O autor também afirma que os fluxos migratórios da região Pan-Amazônia estão relacionados ao prolongamento de mobilidades internas, à migração de garimpeiros e a rotas de tráfico de ilícitos.

mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. *Cadernos Pagu - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas*, n.31, p.101- 123, 2008; PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas*, n.31, p.29-63, 2008; SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça. *I Prêmio Libertas: enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça, 2010, p.147-188 (Série pesquisas e estudos); DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Marcia Anita. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.59-77, jul./dez. 2011; PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013; DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. 318p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

¹⁴ ASIS, Maruja M.B. Le “marché” des migrations féminines en Asie. In : ALTERNATIVES SUD. *Genèse et enjeux des migrations internationales*. Paris : Centre Tricontinental et Éditions Syllepse, 2004. p. 39-44; VERSCHUUR, Christine. Entre rêves et droits, au-delà des frontières... : Migrants et nouvelle division internationale du travail et des soins. In: VERSCHUUR, Christine; REYSOO, Fenneke (Dirs.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations et développement*, Suisse : Editions L’Harmattan, Cahiers genre n° 5, p. 13-18, 2005; PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol. 15, nº 3, 2007. p.717-744.

¹⁵ ASIS, op. cit.

¹⁶ A Pan-Amazônia, ou Amazônia Internacional, compreende, além da Guiana Francesa, oito países que apresentam floresta amazônica em seu território: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil) e também a Guiana Francesa.

¹⁷ ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 2009. p.5-6 (p.5).

A violência, o tráfico de drogas¹⁸ e o combate ao tráfico de pessoas¹⁹ nos municípios de fronteira do Brasil são questões que têm norteado debates e a política governamental brasileira de segurança pública para áreas de fronteiras nacionais, e esta última é “pensada, sobretudo, como uma questão cujo centro são os chamados ‘ilícitos transfronteiriços’”²⁰.

Uma expressiva migração de brasileiros para áreas próximas ao limite internacional dos estados da região Norte do Brasil ocorreu a partir da mobilidade interna impulsionada pela estratégia governamental de ocupação da Amazônia, iniciada na década de 1960, que ganhou folego na de 1970 com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), durante o governo ditatorial do general Emílio Garrastazu Médici. O PIN objetivava implementar obras de infraestrutura econômica e social nas regiões Norte e Nordeste do país, o que propiciou mudanças econômicas, demográficas e de urbanização, e consolidou a abertura do Estado para o capital nacional e o internacional. Outro elemento de influência nessa migração foi a extração mineral, que atraiu garimpeiros vindos de áreas de saturação de extração de ouro no Brasil. Além disso, os fluxos de brasileiros para os países vizinhos se intensificaram com a fiscalização e o fechamento de garimpos da Região Norte do Brasil na década de 1990²¹. Marjo de Theije, em artigo publicado em 2007, diz que o número de migrantes brasileiros na Guiana,

¹⁸ ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013 (p.16).

¹⁹ PISCITELLI, Adriana Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016.

²⁰ Segundo Daniel Hirata, a categoria “ilícitos transfronteiriços [...] associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros” (HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015 [p.30]).

²¹ RODRIGUES, Francilene dos Santos. “*Garimpendo*” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996; AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: Naea/UFPA, 2002; THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Antropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível na URL: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1>. Consultado em: 10 de janeiro de 2016; OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

no Suriname e na Guiana Francesa, naquela época (2007), era impreciso, sendo possível “existir até 100.000” nos três territórios²².

O Suriname, menor país da América do Sul²³, localiza-se entre a Guiana (a oeste), a Guiana Francesa (a leste), o Brasil (ao sul) e o Oceano Atlântico (ao norte). Foi uma colônia neerlandesa de plantação, voltada para exportação de café, açúcar e outras culturas, de grandes lucros para a metrópole²⁴. Segundo o Gabinete Central para a Administração de Cidadãos, no final da década de 2000 a maioria dos imigrantes que estavam no Suriname era originária da China, do Brasil, do Haiti, da Guiana, da Holanda, da Índia e da Indonésia²⁵. Em se tratando de migrantes que atuam na extração de ouro, os brasileiros são referência no país. Rafael Oliveira estudou a mobilidade de garimpeiros brasileiros no Suriname para mineração de ouro em pequena escala, e demonstra que o garimpo tem sido um dos pilares da economia surinamesa e que há dependência econômica da população do país em relação aos lucros advindos da exploração do ouro²⁶. Para o autor, o Suriname possui uma economia insipiente, mantida principalmente com lucros de atividades de extração mineral.

Milhares de brasileiros vivem no Suriname. Em 2008 o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil divulgou a estimativa de que haveria no Suriname no mínimo 5.822 e no máximo quarenta mil brasileiros²⁷ — e o mesmo documento diz que os dados apresentados pela Embaixada do Brasil estimavam em oito mil brasileiros, tendo como fonte o número de atendimento de brasileiros nos serviços prestados com a emissão de passaportes, por exemplo²⁸, o que

²² THEIJE, op. cit., p.73.

²³ Com extensão de 163,821 km², o Suriname possui dez distritos administrativos, localizados principalmente nas proximidades da costa do país: Brokopondo, Commewijne, Coronie, Marowijne, Nickerie, Para, Paramaribo, Saramacca, Sipaliwini e Wanica.

²⁴ RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.483-512, 2002. (p.508).

²⁵ JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2009 p. 185-204.

²⁶ OLIVEIRA, Rafael da Silva, op. cit.

²⁷ Essas estimativas são baseadas “em informações disponíveis localmente, tais como levantamentos oficiais, estimativas feitas por organizações não-governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia” (p.9). Ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Brasileiros no mundo: estimativas*. Brasília, julho de 2008. Disponível sur l’URL: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%20-%20Estimativas.pdf/view>. Consultado: 2 de dezembro de 2016.

²⁸ As “projeções [são] feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil em cada país, geralmente com base em dados relativos à prestação de serviços consulares, tais como a emissão de passaportes e o registro de atos notariais”. Na Guiana o número estimado pela Embaixada do

significa que aqueles que nunca procuraram esse órgão não foram computados na estimativa.

Em 2011 a estimativa, não oficial, era que somavam aproximadamente vinte mil, entre os que estavam em situação administrativa regular e os que estavam irregularmente — mas, regulares e irregulares, em sua maioria estavam em condição ilegal de trabalho. Segundo José Paulo Ribeiro (52 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), os próprios garimpeiros, naquele ano, estimaram em quinze mil o seu número, a partir da contagem dos residentes em Paramaribo e do número de máquinas em funcionamento em cada garimpo conhecido²⁹. Em 2014, essa estimativa passou para 22 mil, incluindo brasileiros na área urbana e no garimpo.

Os primeiros garimpeiros chegaram na década de 1990 em barcos de mercadorias que partiam principalmente de Belém; em carros, pela Guiana; e pela Guiana Francesa, a partir de canoas que pegavam na cidade do Oiapoque. Neste último caso, quando entravam no departamento francês, vinham varando pelo mato. Alguns ficavam em garimpos dali, outros continuavam até alcançar os do Suriname.

Antes da sua chegada, os garimpos surinameses eram explorados pelos quilombolas “de forma artesanal e em pequena escala”³⁰, com a utilização de instrumentos simples, causando menos danos ambientais³¹. Com os brasileiros, os garimpos passaram a ser explorados com máquinas e técnicas mais elaboradas³²: eles introduziram máquinas de escavação e bombas sucção, ocasionando mais danos ao meio ambiente³³, e a quantidade de ouro retirado aumentou³⁴. Consequentemente, outros brasileiros começaram a chegar.

Brasil era 2.307 brasileiros, e na Guiana Francesa o Consulado brasileiro estimou em vinte mil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, op. cit., p.9).

²⁹ Cada máquina abriga um número determinado de pessoas (entre quatro a seis), dependendo da sua capacidade, e conta ainda com a cozinheira (a maioria dos garimpeiros circula vez por outra por Paramaribo, mas passa a maior parte do tempo nas áreas de garimpo)

³⁰ SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede*. HAZEU, Marcel (coord.), Lúcia Isabel da Conceição Silva, Liyana Pavón; Francisca Ferreira, Licda Cornelia Santos, Margot Tapia e Milka Uribe. Belém: Sodireitos, 2008; OLIVEIRA, op. cit.

³¹ JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 2009. p.185-204.

³² OLIVEIRA, op. cit.

³³ JUBITHANA-FERNAND, op. cit.

³⁴ De acordo com informações de 2011, do Consulado brasileiro no Suriname, as atividades desenvolvidas nesse país, por migrantes brasileiros, relacionadas com a mineração do ouro, têm

Em meados daquela década (1990), eles circulavam pouco pelas ruas de Paramaribo; ficavam na floresta, principalmente por estar sem documentação (muitos não possuíam passaporte) ou por não saber falar holandês ou *Sranantongo*: “Até 1994 o garimpo era muito clandestino, muito restrito, e o brasileiro tinha dificuldade de caminhar nas ruas de Paramaribo” (José Paulo Ribeiro, 52 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname). Um fator que contribuiu para a sua circulação nessa cidade foi o aumento da fiscalização da Gendarmerie, na Guiana Francesa, o que tornou mais difícil e perigoso fazer o percurso do Brasil para o Suriname através do departamento francês : “antes vinha muito pelo Oiapoque, sabe?, aqui pelo São Jorge, mas hoje tá muito rigorosa a fiscalização aí, e não andam mais por aí”, explicou o garimpeiro Alberto (29 anos, três filhos, garimpeiro, entrevistado em 2011 no Suriname), e os homens começaram a utilizar com maior frequência as estradas da Guiana e os voos Belém-Paramaribo. Dessa maneira, aumentou o número de brasileiros que entravam legalmente no país, como turistas, e, com o passaporte em mãos, eles passaram a circular mais nas áreas urbanas, principalmente em Paramaribo — e assim surgiram vários hotéis, restaurantes e serviços direcionados para os garimpeiros que chegavam.

A partir das pressões do governo surinamês para coibir a migração clandestina, os brasileiros começaram a estabelecer novos contatos e redes sociais para migrar, e a fazer outros caminhos, com preocupação maior com documentos. Viajar pelo aeroporto de Belém significa entrar legalmente no Suriname, o que diminui o risco de apreensão e deportação; embora não tenham visto de trabalho, como turistas eles têm a segurança de poder circular pelas ruas de Paramaribo.

Por falta de registros, é difícil determinar o início da chegada das mulheres brasileiras ao Suriname. Tudo indica que é bem anterior ao grande fluxo de homens na década de 1990, mas, com a chegada destes, a migração feminina aumentou, em razão da demanda de outros serviços, principalmente no ramo da alimentação (cozinheiras, por exemplo, passaram a ser recrutadas com mais frequência), e houve a quebra do monopólio do mercado do sexo, que até então era controlado pelos clubes de prostituição. As informações coletadas em campo

participação importante no seu Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, é o setor mais rentável da economia surinamesa.

mostram que na década de 1970 brasileiras já migravam para a prostituição em clubes, migração que se intensificou na década de 1980.

Segundo José Paulo Ribeiro (52 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), “quanto às moças dos clubes [...] são anteriores ao garimpo; mesmo no tempo da guerra [civil] elas já estavam por aí. [...] antes do ouro, já havia mulheres aqui” — afirmando com isso que não foram os garimpeiros que estruturaram a prostituição de brasileiras no país, pois a migração feminina é anterior à “corrida” pelo ouro que eles empreenderam. Isso corrobora a afirmação de Carolina Hofs de que o início dos anos de 1980 é marcado por “um grande fluxo de mulheres agenciadas para o trabalho nos clubes de prostituição de Paramaribo. Dez anos depois, foi a vez de milhares de garimpeiros atravessarem a fronteira e montarem garimpos em diferentes pontos do interior do país”³⁵. Além disso, de acordo com a ONG surinamesa Stichting Maxi Linder Association³⁶, entre as décadas de 1960 e 1980 se instalaram no Suriname diversos clubes de prostituição com mulheres estrangeiras, com grande crescimento na década de 1990³⁷.

Considerando o testemunho de mulheres e homens entrevistados, bem como outras pesquisas realizadas no Suriname³⁸, percebem-se quatro momentos distintos nessa migração, que tomou outros rumos depois do grande fluxo de garimpeiros. O primeiro momento ocorreu antes da década de 1980, e está relacionado à ida de mulheres que exerciam a prostituição no Brasil e acompanhavam barqueiros que transportavam mercadorias para o Suriname.

O segundo momento se deu na década de 1980, com a intensificação da chegada de mulheres que migraram através de clubes para trabalhar no mercado do sexo, muitas sem experiência anterior (não se prostituíam no Brasil). Estas não tinham muita liberdade de ir e vir, ficavam mais no clube, moravam em quartos dentro dele ou dividiam uma casa com outras trabalhadoras do sexo nas suas proximidades. Chegavam com uma dívida e prazo de três meses para

³⁵ HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 176p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2006, p.65-66.

³⁶ Fundada em outubro de 1994 com o objetivo de defender os direitos das/dos trabalhadoras/es do sexo, com destaque para a questão da saúde pública.

³⁷ STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, July 2001. 44p.

³⁸ HÖFS (op. cit.), SODIREITOS e GAATW-REDLAC (op. cit.) e STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION (op. cit.)

pagar, e havia repressão e controle dos clubes sobre elas. Nesse período, eram reféns, apesar de circularem através das redes estabelecidas a partir dos clubes: trabalhavam todas as noites e dormiam durante a manhã, sobrando-lhes livres as tardes; como não conheciam a cidade e a língua, usavam os táxis que ficavam nas proximidades daqueles para ir ao médico e para mandar dinheiro para o Brasil (entre outras coisas), ou circulavam em companhia dos proprietários pelos hotéis em que havia piscina (com o objetivo de ser vistas pelos hóspedes), ou seja, fora das relações estabelecidas nos clubes havia pouco contato com o mundo exterior. Carolina Höfs afirma que as prostitutas,

Ao chegarem no país, agenciadas por homens surinameses em Belém, [...] tinham seus passaportes retidos e não podiam deixar os clubes em nenhum momento. Quando o faziam era apenas por motivos de ordem prática — idas ao hospital ou escritório de imigração, por exemplo — e eram sempre acompanhadas por um segurança surinamês³⁹.

Os dados coletados em campo mostram que o terceiro momento se deve à chegada dos brasileiros na década de 1990, pois muitos deles começaram a ter contato com elas, nos clubes e na cidade, o que abriu espaço para a fuga ou a saída⁴⁰ destes antes dos três meses previstos — e o garimpo, além do casamento, aparece como o cenário que modifica a relação das mulheres com os clubes: “essas livres, que andam pela cidade, que têm a liberdade de ir à loja, fazer compras, namorar, beber, ir ao garimpo, ao interior [...] essas começaram de 94 pra cá [...] quando ficou mais fácil de garimpeiro já andar, já ter liberdade de se hospedar em hotel” (José Paulo Ribeiro, 52 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname).

Carolina Höfs⁴¹ e SODIREITOS e GAATW-REDLAC⁴² também apontam que a situação de isolamento delas foi modificada com a chegada desses brasileiros, que o contato com eles lhes trouxe a possibilidade de sair do clube e ir para o cabaré no garimpo, o que acabou por proporcionar mudanças também para as que permaneciam no clube, que “passam a ser tratadas de modo diferente. Não eram mais escravas dos cafetões surinameses”⁴³.

³⁹ HÖFS, op. cit., p.98.

⁴⁰ A saída do clube é oficializada após o pagamento da dívida e da restituição do passaporte que foi confiscado pelo seu proprietário na chegada da mulher.

⁴¹ HÖFS, op. cit.

⁴² SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit.

⁴³ HÖFS, op. cit., p.9.

De acordo com Marjo Theije, até 1985 o número de brasileiros no Suriname era ignorado, pois em geral eles ficavam na floresta e não costumavam circular pela capital, e a consolidação da comunidade brasileira em Paramaribo, segundo a autora, ocorreu em 1997: “Foi então que supermercados começaram a vender produtos brasileiros, e os brasileiros abriram lojas vendendo equipamento para as atividades de mineração, bares onde os garimpeiros poderiam beber e comer, e hotéis onde eles poderiam ficar enquanto estivessem na cidade”⁴⁴.

Os dados de campo revelam que a migração feminina, de modo geral, nesse momento tinha como principal destino os clubes em Paramaribo ou garimpos no interior⁴⁵. Ainda hoje, em muitas situações o clube é local de trânsito para as que desejam trabalhar nessa cidade ou em garimpo (seja no mercado do sexo, seja como cozinheira em garimpo, seja em lojas, salão de beleza, etc.), e, por isso, muitas vezes elas aceitam o trabalho (temporário) de prostituta num deles, já que não têm recursos para as despesas da viagem.

A chegada dos homens brasileiros ao Suriname ampliou as chances das brasileiras que trabalhavam como prostitutas em clubes, de pagar o mais rápido possível sua dívida com os “agenciadores”, ou seja, de conseguir um “patrocinador” para quitar a dívida ou alguém que lhes desse abrigo (para algumas que fugiam e para algumas que quitavam a dívida)⁴⁶. A chegada dos homens é um divisor do trânsito de brasileiras no Suriname porque demarca uma “nova realidade” a partir da sua convivência nesse país, consolidada com a estruturação do Belenzinho⁴⁷. Paramaribo passou a ser o ponto de referência

⁴⁴ THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Antropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007 (p.73).

⁴⁵ A prostituição, no garimpo, tem mulheres brasileiras que saíram do clube como personagens principais, principalmente as oriundas de Belém, e brasileiras que migraram diretamente para o garimpo, sobretudo provenientes de pequenas cidades do Maranhão, varando pela Guiana ou Guiana Francesa seguindo o percurso masculino, entre elas algumas que já atuavam na prostituição ou que chegaram para vender roupas ou cozinhar e acabaram atuando na prostituição. Em clubes, hotéis, bares e restaurantes de Paramaribo sempre há pessoas em busca de mulheres dispostas a seguir caminho rumo a algum cabaré na floresta, seja em garimpos no Suriname, seja em garimpos ilegais na Guiana Francesa.

⁴⁶ Até então, muitas, mesmo tendo quitado a dívida, continuavam no clube (com a esperança de juntar dinheiro), pois não tinham para onde ir (outra possibilidade era regressar ao Brasil).

⁴⁷ No Suriname, a visibilidade de brasileiros surgiu com o Klein Belém, uma área de Paramaribo que envolve a Anamoestraat, que é continuação da Tourtonnelaan, e a Princessestraat (que fica próxima às duas primeiras). Os brasileiros e surinameses que têm alguma relação de trabalho ou pessoal com o Klein Belém chamam ele simplesmente de Belenzinho, e nem todos os que vivem ou circulam por ele são originários da capital paraense: na pesquisa de campo a resposta mais comum para a pergunta sobre a origem dos brasileiros que estão no Suriname era o refrão

para a partida e de chegada de brasileiros, e para a articulação e acordos verbais de trabalho. Além disso, “A chegada dos brasileiros é princípio para uma identidade de brasileiro no Suriname, que, neste momento, criam uma experiência coletiva”⁴⁸.

O quarto momento de mobilidade de mulheres para o Suriname, que se dá a partir dos anos 2000, tem relação com a consolidação do mercado do sexo no país: aquele deixa de ser monopólio dos clubes, abre-se espaço para prostituição de bar e hotel, e para a estruturação da prostituição em cabarés⁴⁹ no garimpo, que não pode ser explicada apenas como prostituição em um bar de garimpo, uma vez que esses bares, embora não tenham a mesma infraestrutura dos clubes, possuem sua particularidade em termos de estrutura e organização; são locais que dependem da produção de ouro, e a circulação das mulheres é mais dinâmica, pois em média ficam quinze dias neles, e partem para outros, em outros garimpos.

A circulação das mulheres pelos garimpos facilitava a passagem da fronteira Suriname-Guiana Francesa, e começou o vaivém através de rios e matas: seja na floresta do Suriname, seja na do departamento francês⁵⁰, lá estavam elas como prostitutas, cozinheiras ou vendedoras (de roupas, objetos de higiene pessoal...).

As áreas de exploração mineral e as de suporte desses espaços, as corrutelas, nas narrativas de brasileiras/os surgem como elemento modificador da migração feminina via clube de prostituição, por serem espaços possíveis de circulação para o exercício da prostituição e de outras atividades, em geral ligadas ao comércio de mercadorias, aos serviços domésticos e a cuidados. Um conjunto de atores e fatores capaz de moldar vários aspectos dos circuitos

“as mulheres vêm de Belém e os homens, do Maranhão”. Outra ideia que se propaga ali é a da belenense na prostituição e das maranhenses “trabalhadeiras” na cozinha.

⁴⁸ HÖFS, op. cit., p.106.

⁴⁹ Em média elas ficam quinze dias num cabaré e já partem à procura de outro, principalmente daqueles onde a circulação de ouro é maior. Se estão em um garimpo que está produzindo bastante, podem ficar um pouco mais, mas não indefinidamente, porque os garimpeiros querem as que estão chegando (a “novidade”, a “famosa”), e a/o dona/o do cabaré, justamente por isso, quer novas mulheres, diferentes.

⁵⁰ São pessoas que costumam trabalhar em garimpos na Guiana Francesa e no Suriname, depende da fofoca do ouro, porém têm Paramaribo como referência de residência, por estarem em situação migratória irregular; é para essa cidade que elas retornam para trocar o ouro que extraem. As empresas que exploram ouro legalmente no departamento francês têm, em geral, trabalhadores brasileiros, os quais estão em situação regular e vivem nos centros urbanos (Caiena, por exemplo).

migratórios. Este último momento pode ser resumido como a consolidação do fluxo circulatório de mulheres no país, quando não apenas a prostituição é referência para migração.

As idas e vindas entre Paramaribo (geralmente no Belenzinho) e o garimpo, alternadas conforme a situação (reabastecer o negócio, enviar dinheiro para o Brasil, telefonar para a família, descansar, cuidar de si, guardar/vender ouro, pagar uma conta, rever a família ou simplesmente dar um tempo do “mato”), contribui para construção desse espaço circulatório que atrai serviços que se adequam e se adaptam às necessidades e ao ritmo da mobilidade dos brasileiros. Uma diversidade de fluxo (de pessoas, de mercadorias, de capital, de informação) que compõe a circulação migratória.

O mercado do sexo no Suriname: o habitual e a tolerância

No Suriname o mercado do sexo tem endereços e pontos bem definidos, e, de acordo com uma pesquisa realizada pela Maxi Linder, existem três tipos de trabalhadoras/es do sexo no país: trabalhadoras/es de rua; trabalhadoras de clube (estrangeiras); e as *call girls*, que atuam em casa⁵¹. Os serviços sexuais podem ser oferecidos em bares, hotéis, salões de massagens, residências, cabarés, clubes e, menos frequente, há a prostituição de rua, pois esta não é tolerada e a fiscalização sobre ela é rígida. Embora seja fortemente combatida, em algumas ruas de Paramaribo é possível encontrar mulheres surinamesas e de outras nacionalidades (principalmente guianenses) à espera de clientes⁵², de maneira discreta. Mas mulheres surinamesas que trabalham na prostituição são pouco visíveis, estão em espaços não identificados como de prostituição, de modo que para “sustentar um mercado mais aberto e explícito de prostituição, mulheres de fora da comunidade surinamesa são quase uma ‘necessidade’ para o mercado do sexo”⁵³. Quanto às brasileiras, existe uma rede de relações

⁵¹ As chamadas zonas cinzentas, pela sua invisibilidade (STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, op. cit., p.24; 25; 29).

⁵² As quais são alvo de ações policiais, sejam para inibir a prostituição, sejam para lhes extorquir dinheiro.

⁵³ HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p.88.

estruturada que as acolhe em determinados espaços, e elas têm certo “status de luxo e desejo”, isso não só no Suriname, mas também na Guiana e na Guiana Francesa. Contudo, no Suriname qualquer forma de prostituição é ilegal, o que prevalece é uma tentativa “mal-acabada” de seguir o formato empreendido na Holanda⁵⁴, mas não há qualquer regulamentação a respeito, apesar dos espaços visivelmente destinados a ela como os clubes, de modo que vigora de maneira informal com alguns elementos do formato regulador, sem amparo jurídico, mas tolerada pelos sucessivos governos.

O desenvolvimento do sexo comercial no Suriname está relacionado com questões socioeconômicas. Da década de 1960 até a de 1980, período em que a economia do país passou por relativo crescimento, foram instalados os primeiros clubes de prostituição com mulheres estrangeiras. A partir de meados da década de 1980 e durante a de 1990, a economia passou por uma crise, mas isso não afetou o mercado do sexo, que, ao contrário, teve grande crescimento no período — e o governo optou por não interferir nele, numa atitude de *laissez-faire*⁵⁵. A lei surinamesa que trata do sexo comercial (utilização da rua e exibicionismo) é do período colonial, e pune apenas mulheres (com multa e/ou detenção); homens e travestis/transsexuais não são mencionados nela⁵⁶.

Os clubes de prostituição surinameses funcionam como se fossem aceitos pela sociedade e amparados por lei, e mesmo autoridades representativas do governo brasileiro sediadas naquele país afirmaram, quando foram entrevistadas para a pesquisa, que a prostituição ali só é ilegal quando se trata de menor de idade ou realizada na rua, mas legal nos demais espaços a ela destinados.

Em geral, os clubes concentram trabalhadoras do sexo de uma mesma nacionalidade. O Diamond e o Manilla são os dois maiores de Paramaribo⁵⁷, e neles as mulheres, em sua maioria, são brasileiras. Também nas festas de bares e hotéis destinados ao público brasileiro, mesmo que as brasileiras não tenham negócios com organizadores e proprietários, são sempre convidadas e bem-

⁵⁴ Na Holanda, desde outubro de 2000 a prostituição não é mais uma infração; é regulamentada por lei, para maiores de idade.

⁵⁵ STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, op. cit.

⁵⁶ STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, op. cit.

⁵⁷ O Diamond é o maior clube de Paramaribo; segundo os interlocutores, havia mais de cem mulheres trabalhando ali na época da pesquisa de campo.

vindas, pois atraem clientela, e não só de brasileiros — e nos cabarés das áreas de garimpo, elas são maioria. Os valores das relações sexuais não são novidade para aqueles que interagem com elas, sejam pagos em dinheiro, sejam pagos em ouro. As diferenças entre cada espaço do mercado do sexo também não são de conhecimento apenas de quem os frequenta: é como se houvesse a sua incorporação no cotidiano, realçando uma relação capitalista entre as pessoas.

As brasileiras que atuam na prostituição no Suriname costumam dizer que nesse país “é normal a prostituição”, “é um trabalho como outro qualquer”, “aqui não tem problema ser prostituta”, justamente por ignorarem que existe tolerância do Estado, não amparo jurídico. Acham que a prostituição faz parte do cotidiano e é aceita pela sociedade, como se não suscitasse conflitos, estigmas e contradições:

Aqui, a prostituição... para eles, uma mulher de programa, aqui ela é normal. Aqui, todo homem, por exemplo, quando ele se aproxima de uma mulher para ficar com ela, ele já quer dar dinheiro para ela. Aqui, programa aqui é normal; aqui ninguém liga para essas coisas, não. [...] Mulher de programa é uma pessoa normal. (Giovana, 38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Carolina Höfs afirma que para manter clubes e bordéis de prostituição em funcionamento, a polícia mantém acordos informais com os seus proprietários, e

Periodicamente, inspeções policiais são realizadas [neles] com o objetivo de garantir a estadia regularizada das mulheres e a observância do seu bem estar físico, assim como, para garantir que não haja menores de idade presentes no local. No entanto, muitas adolescentes têm seus documentos de identidade ou certidões de nascimento falsificadas⁵⁸.

Tais acordos são evidenciados nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa que atuaram ou atuam no mercado do sexo no Suriname, que mostram a estrutura montada nos clubes para que se mantenham dentro da “norma” informal vigente, para garantir um mínimo de regras de funcionamento, mesmo não tendo regulamentação legal que dê respaldo e segurança para as trabalhadoras do sexo que neles atuam — e por isso elas acreditam que ali a prostituição é lícita. No Suriname, a mobilidade das mulheres através da

⁵⁸ HÖFS, op. cit., p.66.

prostituição está arraigada na narrativa dos brasileiros, principalmente na das mulheres, que falam da prostituição abertamente, sem censura, sem medo, sem questionar até que ponto e como essa atividade, tão corriqueira no país, é regulada pelo Estado. Na narrativa delas fica evidente que não sabem que tudo o que ocorre relacionado à prostituição é apenas tolerado, e que, dependendo do seu papel nesse mercado, podem ser implicadas legalmente.

Como se percebe, o acordo informal que possibilita a prostituição no Suriname faz com que a fiscalização se limite à verificação do passaporte (se o carimbo, que autoriza a estadia no país por três meses, está atualizado), à verificação da realização de exames para detectar doenças sexualmente transmissíveis (que são realizados mensal ou quinzenalmente), à verificação da existência ou não de menores nos clubes e se há violência contra as migrantes que estão neles.

Categorias em disputa: a *menina de clube* e a *ploc*

Na Guiana, no Suriname e nas áreas de garimpo clandestinas da Guiana Francesa, a circulação das trabalhadoras do sexo brasileiras e a variação de categorias que envolvem a compreensão do ser ou não ser prostituta estão vinculadas ao universo do mercado do sexo e à forma como se dá a migração de brasileiros nesses territórios. Uma diferença básica entre clube e cabaré, que apareceu na narrativa das interlocutoras, é que o primeiro tem status mais formal, profissional, a clientela é composta, em sua maioria, por nacionais; nele as relações se dão mais diretamente com as trabalhadoras do sexo. No cabaré as relações são mais informais, a/o proprietária/o está mais próxima/o dos clientes, gerencia o negócio mais de perto.

As mulheres que migram via clube, que ocupam a posição de *meninas de clube*, estão atreladas às regras daquele e a uma dívida; têm pouca mobilidade e poucas perspectivas de mudança no que diz respeito às condições de trabalho à saída dele antes do pagamento da dívida. Já a *ploc* estabelece uma negociação econômica com maior margem de lucro. Pela forma como as entrevistadas se referiam ao *ploc*, fica claro que essa categoria está relacionada a autonomia, a não estar atrelada à dívida do, e às regras estabelecidas pelo clube de prostituição; também se refere ao temporal e ao ocasional, e, sobretudo,

à independência e à liberdade de fazer sexo por dinheiro sem as amarras do clube, de escolher o parceiro, o local, o dia e a hora. O “fazer um *ploc*”, não necessariamente fora de um estabelecimento definido para prostituição, uma vez que elas atuam em espaços como cabarés, hotéis, bares e cassinos — em cabarés e hotéis, por exemplo, ela pode impor regras ou aceitar as regras, o que é diferente do clube, onde é obrigada a aceitar.

Na prostituição profissional, a prostituição é a atividade principal ou única⁵⁹. No Suriname, quando as interlocutoras falavam das mulheres que atuam nos clubes, empregavam categorias como trabalho, chegando a dizer “prostituta aqui é normal”, como se reconhecessem a prostituição nesse tipo de estabelecimento como um trabalho e elas como trabalhadoras do sexo. O proprietário é chamado de patrão, como se houvesse um vínculo empregatício, o que não ocorria quando se referiam à/ao proprietária/o do cabaré. Na fala delas, “patrão” não parecia um tratamento pejorativo, mas o reconhecimento de uma atividade/relação laboral, e, por outro lado, elas evocavam a ideia de alguém (uma mulher) que estava precisando, naquele momento, passar por isso. No entanto, a compreensão das mulheres de que no Suriname a prostituição é um trabalho não se dá, necessariamente, porque elas acreditam nisso, mas pelo fato de que não existe nenhuma ação estatal que a coíba; mais que isso, as frequentes fiscalizações realizadas pela polícia em clubes reforçam a ideia de que tudo está em conformidade com a lei.

Na pesquisa de Letícia Tedesco em garimpos do Tapajós, no Brasil, o termo *ploc* também aparece como referência de sexo por dinheiro de forma autônoma; diferente de quando estão nas boates, nele as mulheres escolhem com quem sair, mas é sempre exercido fora do estabelecimento de prostituição⁶⁰, o que não acontece nas Guianas, onde também acontece em cabarés.

No Suriname, *ploc* também serve para nominar a pessoa que vende sexo: “a *ploc*”. Nesse caso, a expressão é utilizada quando querem demarcar o que a mulher faz, sobretudo no sentido pejorativo, com o intuito de afetar a sua

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015.

integridade moral. Carolina Höfs tratou da categoria *ploc* vinculada à imagem da migrante brasileira no Suriname juntamente com a de peão (o garimpeiro) nesse país, e, segundo ela, ambas afetam a construção da identidade dos brasileiros, que “têm sua imagem associada à garimpagem e ao sexo, sendo essas referências para as relações interpessoais”⁶¹. E Rafael Oliveira afirma que no Suriname os meios de comunicação contribuem para reforçar estigmas e estereótipos de brasileiros presentes na sociedade, dificultando a sua integração⁶².

O “fazer *ploc*” está atrelado à concepção de que quem o faz quer ganhar a vida de maneira “fácil”, não sendo reconhecido como trabalho, por isso é estigmatizado. Quando “fazer *ploc*” é para mandar dinheiro para o Brasil, isso é até respeitado, e muitas vezes a mulher recebe solidariedade, o que não ocorre quando aparenta ser encarado como atividade laboral — como os homens diziam, quando “a mulher gosta” —, pois aí ela é vista como alguém que não quer trabalhar e aflora toda a gama de preconceitos e estigmas que a prostituição carrega.

A diferença turva que existe entre as mulheres que atuam na prostituição nos clubes e as que atuam na prostituição fora deles define o ser brasileira na Guiana e no Suriname, não pelo que elas fazem, mas dependendo do espaço e das circunstâncias. Elas deixam de ser *meninas de clube* para se tornarem *plocs*, uma transição que nem sempre é evidente (a não ser o fato de estarem dentro ou fora do clube), e poucas que passam à condição de *ploc* retornam à de *menina de clube*, já que esta é uma condição mais burocrática, tem dívida, e, embora nem todas tenham falado a respeito, algumas verbalizaram a sensação e/ou a convicção de que no clube estavam sendo exploradas, porque trabalhavam muito e recebiam pouco.

Considerações finais

A circulação de pessoas, mercadorias e informações em diferentes espaços cria uma mobilidade complexa, o que não é diferente no caso das/os

⁶¹ HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 176p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2006, p.77.

⁶² OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerário e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

brasileiras nas Guianas, e a noção de “território circulatório” a descreve melhor do que a de migração de um ponto a outro. O seu grande fluxo migratório para a região estabelece espaços circulatórios, o que favorece uma migração temporária para o trabalho informal, principalmente em direção a áreas de garimpo — uma sucessão de migração de curta duração intercalada com idas e vindas ao país de destino e ao de origem, e pelos fluxos financeiros para o Brasil, que atraem não apenas garimpeiros, mas comerciantes e uma série de serviços que se desenvolvem em torno da exploração do ouro. As relações entre os diversos serviços oferecidos passam pela cidade de origem ou por redes de relações de amplitude local de alguns estados da Amazônia brasileira.

Em uma perspectiva de trabalho temporário no mercado do sexo, os clubes de prostituição do Suriname servem de trampolim para as mulheres migrarem para esse país, principalmente aquelas que não exercem a prostituição antes do deslocamento — e o garimpo disputa parte dessas mulheres, o que contribui para a permanência delas nas Guianas e possibilita que acessem outros espaços além do cabaré, relacionados a serviços domésticos (principalmente como cozinheiras), comércio (na cantina e como sacoleiras), empreendedorismo (donas de cabarés e de máquinas de extração de ouro nas áreas de mineração; donas de lojas) e serviços (manicure e pedicure; cabeleireira), seguindo uma lógica que a maioria delas já segue no Brasil: o trabalho em atividades informais e provisórias, mal remuneradas, sem direitos trabalhistas assegurados, pois sua circulação nas Guianas se dá não apenas espacialmente, mas também laboralmente. O percurso de mobilidade emerge conforme papéis de gênero, geração e prioridades econômicas.

Referências bibliográficas

- AGUSTÍN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, n.25, p.107-128, jul.-dez., 2005.
- ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, 2009, p.5-6.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: Naea/UFPA, 2002; THEIJE, Marjo de.

Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013.

_____. Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível na URL: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1>. Consultado em: 10 de janeiro de 2016.

AUSSERER, Caroline. *Controle em nome da proteção: análise crítica dos discursos sobre tráfico internacional de pessoas*. 170p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ASIS, Maruja M.B. Le “marché” des migrations féminines en Asie. In: ALTERNATIVES SUD. *Genèse et enjeux des migrations internationales*. Paris: Centre Tricontinental et Éditions Syllepse, p. 39-44, 2004.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/Naea, p.39-57, 2009.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. *Cadernos Pagu - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas*, n.31, p.101- 123, 2008.

DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Marcia Anita. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.59-77, jul./dez. 2011; PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. 318p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FONDATION SCELLES. *La prostitution adulte en Europe*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 2002.

GUILLEMAUT, Françoise. Trafics et migrations de femmes, une hypocrisie au service des pays riches. *Hommes et migrations – Femmes contre les violences*, n.1248, p. 75-87, mar./abr., 2004.

HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015.

- HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 176p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, p.65-66, 2006.
- JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, p. 185-204, 2009.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, p.55-78, jul./dez., 2005.
- MOROKVASIC, Mirjana. Les oiseaux de passage sont aussi des femmes. In : PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris : Ined Éditions, p.249-268, 2013.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- OSO, Laura ; CATARINO, Christine. Femmes chefs de ménage et migration. In BISILLIAT, Jeanne. (Dir.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris: Éditions Karthala, p.61-97, 1996.
- PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. Apresentação. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p.9-25, 2015.
- PISCITELLI, Adriana Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016.
- _____. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas*, n.31, p.29-63, 2008.
- _____. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol. 15, nº 3, p.717-744, 2007.
- PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas : l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la recherche en sciences sociales - Délits d'immigration*, v.129, n.1, p.15-25, sep., 1999.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. *"Garimpando" a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.483-512, 2002.
- SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça. *I Prêmio Libertas: enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça, 2010, p.147-188 (Série pesquisas e estudos).

- SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede*. Hazeu, Marcel (coord.), Lúcia Isabel da Conceição Silva, Liyana Pavón, Francisca Ferreira, Licda, Cornelia Santos, Margot Tapia, Milka Uribe. Belém: Sodireitos, 2008.
- STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, July 2001, 44p.
- TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet : Éditions Trabucaire, 2010.
- _____. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie - Economie politique des migrations*, v.2, n.8, p.63-70, 2010.
- _____. Au-delà des États-nations : des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.
- TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015.
- THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.
- VERSCHUUR, Christine. Entre rêves et droits, au-delà des frontières... : Migrants et nouvelle division internationale du travail et des soins. In: VERSCHUUR, Christine; REYSOO, Fenneke (Dirs.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations et développement*, Suisse : Editions L'Harmattan, Cahiers genre n° 5, p. 13-18, 2005.
- WENDEN, Catherine Wihtol de. *La question migratoire au XXIe siècle : migrants, réfugiés et relations internationales*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.